

Comissão da Ordem Social

Estabilidade não valerá para todos

A estabilidade, de acordo com o anteprojeto a ser apresentado pelo relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), não será assegurada a todos os trabalhadores a partir da admissão no emprego, como na proposta original. Ele decidiu acolher uma emenda que permite o contrato a termo não superior a dois anos nos casos de serviços temporários. De acordo com a sua proposta, a estabilidade também não abrange as microempresas de natureza familiar.

A informação foi prestada pelo deputado Alceni Guerra (PFL-PR), que ontem à noite discutiu com alguns membros da comissão o esboço de substitutivo que será apresentado pelo relator. Ele adiantou que, no caso da jornada de trabalho fixada em 40 horas semanais, a proposta foi mantida. No capítulo relativo aos servidores públicos, o relator resolveu retirar o inciso XIII do artigo 11, que impedia o funcionário de perceber vantagens superiores a 50 por cento de sua remuneração.

Esta nova proposta que restringe a estabilidade já havia sido apresentada pelo relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, deputado Mário Lima (PMDB-BA), mas foi derrotada durante a votação do seu substitutivo, na subcomissão. Agora, ela voltará à votação e possivelmente será aprovada, já que a composição da Comissão da Ordem Social é bastante diferente da que existia na subcomissão, com uma maioria de sindicalistas e constituintes de esquerda.

INDÍGENAS

No que diz respeito às populações indígenas, a modificação substancial se refere à exploração de minério em terras indígenas. De acordo com o relatório, a exploração de riquezas nessas áreas obrigará a destinação de um percentual não inferior a 50 por cento do faturamento à população indígena e aos fundos dos programas sociais de onde se originou o minério. Não ficou esclarecido, entretanto, se os outros 50 por cento caberão apenas à empresa que estiver explorando a área. Segundo informou o deputado Alceni Guerra,

No anteprojeto da subcomissão, caberia ao Congresso estabelecer, caso a caso, um percentual do total da produção do material explorado necessário ao custeio das despesas com a pesquisa, lavra e exploração das riquezas minerais e naturais nessas áreas, ficando o restante da produção exclusivamente com os índios. A demarcação das terras indígenas também sofreu alteração. O relatório estabeleceu um prazo de quatro anos para identificação e demarcação das terras indígenas, sejam elas já conhecidas ou não. No anteprojeto da subcomissão, as terras não identificadas teriam um prazo de apenas um ano para serem demarcadas.

Falta quorum para votar o regimento

Na fase de distribuição dos 559 constituintes para a composição das nove comissões constitucionais, travou-se uma verdadeira luta de poder pela disputa de uma das 93 vagas da cobijada Comissão de Sistematização, mais pela quantidade de interesses que manipulará na conclusão do texto da nova Constituição. Já em funcionamento há mais de dois meses, o que se vê hoje é uma situação bem diferente.

Durante esse período o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) vem se debatendo na tentativa de aprovar o regimento interno que contém as normas de funcionamento da Comissão, mas não consegue, por um único motivo: falta de quorum. Na ordem do dia para votação há mais de um mês, o substitutivo vem sendo apreciado a contagens, em sessões tumultuadas, sempre encerradas pelos sucessivos pedidos de verificação do número de parlamentares presentes.

Até agora foi aprovado o texto com as emendas e alguns destaques, mas na sessão de ontem, suspensa subitamente pelo presidente em exercício deputado Aluisio Campos, não se conseguiu chegar à redação final, ficando pendente para a próxima terça-feira a apreciação de um destaque do deputado Gérson Peres (PDS/PA). Contrariando o substitutivo do relator, Peres quer que os projetos de decisão sejam aprovados através de maioria absoluta de votos.

Cai limite máximo da propriedade rural

Relator Severo Gomes negocia questão para definir melhor a empresa nacional

Os constituintes que lutam pela fixação de um limite máximo para a propriedade rural vão amargar mais uma derrota. O anteprojeto preliminar que será divulgado no sábado pelo relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), não incluirá limitação para os imóveis rurais.

Na negociação com o grupo parlamentar anties-tatizante, maioria na subcomissão de Princípios Gerais, a tendência do relator é abrir mão do limite em módulos rurais em troca de uma definição mais rígida para a empresa nacional. A inclusão do refino do petróleo como monopólio estatal também entrará nessa negociação com os constituintes liderados pelos deputados Delfim Netto e Afif Domingos.

Segundo foi possível apurar junto a vários parlamentares da Comissão da Ordem Econômica, o relator Severo Gomes vai obter avanços em quatro questões consideradas as mais

importantes em sua opinião; melhor definição do papel do Estado na economia; mecanismos que capacitem a União de imitar imediatamente na posse dos imóveis desapropriados; empresa nacional com poder decisório nas mãos de brasileiros; e regulamentação para explorar jazidas minerais em faixas de fronteira e em terras indígenas.

Na impossibilidade de aproximar posições muito divergentes entre os membros da Comissão, onde a disputa ideológica impediu que se concretizasse negociações durante os trabalhos das subcomissões da Reforma Agrária e de Princípios Gerais, o relator preferiu fixar-se em questões estratégicas de interesse nacional. A imposição de temas polêmicos, como fixar limites para a propriedade rural, a adoção da perda sumária para o latifúndio improdutivo ou mesmo ampliar o poder estatizante da União, foram deixados de lado ante a certeza de que seu anteprojeto seria rejeitado pela maio-

ria conservadora plantada na Comissão da Ordem Econômica.

Em seu trabalho de ascultar as posições de cada grupo ideológico, o senador Severo Gomes conta, agora, com novos aliados. Alguns parlamentares como Jales Fontoura (PFL-GO), e Gil César (PMDB-MG) que votaram com a maioria na subcomissão de Princípios Gerais, na qual foram aprovados uma liberalização para a entrada de capital estrangeiro no País, estão lutando pela aprovação de um texto constitucional mais nacionalista. A principal preocupação desses dois parlamentares é quanto a criação de um Fundo de Exaustão para os Estados e Municípios, onde houver exploração de jazidas minerais. Ambos vão votar também pela definição de um conceito mais rígido para a criação da empresa nacional, de maneira que o empresário não sofra uma concorrência maléfica por parte das empresas estran-

EUGENIO NOVAS



Roberto Campos e José Lins: negociando pontos estratégicos

Comissão do Sistema Tributário, de Orçamento e de Finanças

Compensar os estados exportadores

Brasília — Reforçar o conceito de federalismo fiscal, compensar os estados que efetivamente contribuem para a obtenção dos saldos positivos na balança comercial do País e acabar com a restrição na participação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ao Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio G. do Sul.

Estas foram algumas das sugestões das emendas apresentadas na reunião de ontem, no gabinete da liderança do PFL, no Senado Federal, e da qual participaram o senador Carlos Chiarelli, líder do partido no Senado; Francisco Dorneles, presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; o deputado federal Arnaldo Frieto (PFL/RS) e uma comissão interpartidária formada pelos deputados estaduais gaúchos Mendes Ribeiro (PMDB), Eloy Zanella (PFL), Aloisio Berlese (PDT) e Francisco Sergio Terra (PDS).

A saída de Luiz Henrique foi recebida com satisfação entre os que apoiam o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. E menos um voto a favor dos interesses do Planalto no que diz respeito ao assunto.

Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições

União pode manter partidos políticos

A União se obriga a manter financeiramente os partidos políticos. Esta é a essência de dispositivo que constará do substitutivo do relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA). O relator irá propor que o Estado indenize os partidos pelos gastos eleitorais e despesas com sua atuação permanente. E explica sua ideia:

— O nosso regime é representativo, os partidos são instrumento da representação popular e organizam a formação do poder. Então, a reponsabilidade maior deve ser do Estado.

Prisco Viana disse que os recursos da União para os partidos se destinariam às campanhas eleitorais, para a redução da necessidade de gastos individuais e da influência do poder econômico, à promoção de cursos e seminários, e ao financiamento de instituições de estudos e de forma-

ção de lideranças políticas e administrativas.

ANO ELEITORAL

A Constituição, segundo Prisco Viana, deve apenas explicitar o princípio geral, cabendo à lei regulamentar como ele será aplicado. O relator acha que uma fórmula a ser adotada é a de se atribuir um valor monetário a cada voto de legenda. O cronograma de liberação desses recursos seria estabelecido em lei, ao longo de um período entre uma eleição e a outra, com maior intensidade em ano eleitoral.

Paralelamente à exigência de a União garantir financeiramente os partidos, o substitutivo de Prisco Viana irá prever a obrigatoriedade de uma rigorosa fiscalização dos gastos por parte do Poder Público, prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, publicação periódica dos balancetes das agremiações.

Sabóia mostra projetos aos constituintes

O ministro Henrique Sabóia, da Marinha, reuniu ontem no auditório de seu gabinete cerca de 25 parlamentares, em sua maioria integrantes da Comissão de Sistematização, para mostrar os projetos de pesquisas e desenvolvimento da Armada que pretende executar a médio e longo prazo, e as dificuldades que vem enfrentando com os poucos recursos destinados pelo Orçamento da União. Os recursos e o fortalecimento do poder naval foram os temas que tomaram o maior tempo das exposições que foram divididas em duas fases, sendo que, na segunda a imprensa não teve acesso.

A saída do auditório, o deputado Arnaldo Prieto, ex-ministro do Trabalho, destacou que a iniciativa da Marinha foi muito oportuna, pois mostrou aos parlamentares seus principais projetos, justificando a necessidade de o Congresso votar maiores recursos para sua execução. A deputada por Brasília, Maria de Lourdes Abadia, afirmou que a missão da Marinha deve ser entendida pelos congressistas com vistas a votarem maiores verbas solicitadas pelo ministério. Como assistente social, depois de assistir à exposição, ela disse que os parlamentares ficaram sensibilizados com a missão da Marinha e com a iniciativa do ministro de mostrar seus projetos, fato que devia ser repetido pelos outros ministérios.

Entre os parlamentares presentes, que participaram dos debates ao fim da exposição, estavam os senadores Odacir Soares (PFL-RO); Lourival Batista (PFL-SE); Meira Filho (PMDB-DF); Nelson Carneiro (PMDB-RJ); o deputado Jorge Arbage (PDS-PA); Gastoni Righi (PTB-SP); Luiz Henrique (PMDB-SC); Lúcio Alcântara (PFL-CE) e Roberto Cardoso Alves (PMDBSP).

Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo

STF mantém nome e perde poder

O Supremo Tribunal Federal não muda de nome, mas perde atribuições: a partir da promulgação da nova Carta Magna, só chegará àquela Corte matérias constitucionais. Por sua vez, o Tribunal Federal de Recursos será transformado em Superior Tribunal de Justiça, enquanto se criam tribunais federais de Justiça em quatro ou cinco Estados.

Estas inovações estão praticamente definidas pelo relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), no capítulo que dedicará em seu substitutivo ao Poder Judiciário. Ele se baseará no conjunto de emendas subscri-

tas pelo deputado Nelson Jobim e que imita, na essência, as propostas da Comissão Afonso Arinos.

A medida representa um meio-termo entre a sugestão de se instituir um Tribunal Constitucional, com o conseqüente rebaixamento do STF, e a simples criação de uma seção constitucional naquela Corte. Pela proposta acatada por Egidio, os ministros do Supremo não só serão mantidos como também terão seu número elevado; de 11, passam para 15. O argumento é que as demandas constitucionais aumentarão em virtude de uma maior abertura para arguições de inconstitucionalidade, cuja iniciativa é hoje

restrita ao procurador-geral da República.

DESOBSTRUIU

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, aceitou a oferta do deputado Luis Henrique e destituiu-o da Comissão de Organização dos Poderes. Desta forma, o partido — que tinha um membro a mais no órgão — atende reivindicação do PT e do PDT e afasta as ameaças de obstrução dos trabalhos.

A saída de Luiz Henrique foi recebida com satisfação entre os que apoiam o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. E menos um voto a favor dos interesses do Planalto no que diz respeito ao assunto.